

REFORMA SEM PRIVILÉGIOS*

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO**

*Professor da Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro e Presidente da Fundação Rio*

Vem sendo discutido com intensidade o problema da reforma eleitoral. O tema tem sido colocado sob o ângulo do possível casuísmo destinado a beneficiar o PDS. É chegado o momento de colocar o assunto em outros termos. Examiná-lo com a perspectiva maior de preservar o processo eleitoral, no calendário previsto, de modo a ser assegurada a livre manifestação do corpo político.

É de HAROLD LASKI a afirmação de que não existe liberdade quando algum privilégio especial é criado para o gozo de uma parte da comunidade. Isto significa concretamente que é inviável, sob pena de tornar inútil e inócua a prática democrática, pensar-se na reforma eleitoral para uma eleição determinada.

Voto distrital, sublegenda, coligações, voto facultativo, voto do analfabeto, voto vinculado, aparecem nas vésperas do pleito de 1982 como privilégios especiais focados diretamente no resultado do processo, sem preocupação com a qualidade deste mesmo processo para permitir a melhor representatividade da sociedade no rodízio obrigatório do poder.

Nós possuímos já um Código Eleitoral que sofreu alterações substanciais voltadas para cada eleição realizada. Seria, portanto, incorrer no mesmo e gravíssimo erro repetir a técnica. Como se sabe, excluídas as inovações criadoras conjunturais como a sublegenda, a chamada Lei Falcão e o Senador indireto, a legislação vigente assegura uma razoável aferição da vontade popular. Ora, se assegura, por que criar a

* Publicado no Jornal do Brasil de 10/06/81.

** Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 27/6/1996.



intranquilidade da expectativa quanto à novas invenções satélites de interesses deste ou daquele grupo?

O caminho da normalidade institucional exige sacrifícios. Mas, estes não devem e não podem chegar ao limite de anular por inteiro a razão de praticá-los.

As eleições de 1982 são, na verdade, um oxigênio indispensável para aliviar as tensões evidentes do hoje, fomentando a mobilização do povo e, com isso, facultando o chamamento à co-responsabilidade. E este é, sem sombra de dúvida, o único caminho possível para afastar a penumbra do desinteresse e da insatisfação, caldo de cultura conhecido para a disseminação da revolta.

Quando o Presidente da República renova, a cada passo, o seu compromisso democrático, é preciso se dar conta do fato muito simples de que a liberação de quadros políticos para a campanha eleitoral é fundamental. Os partidos mobilizados na composição dos seus interesses de arregimentação política com o objetivo de 1982 representam uma garantia para a plenitude da vivência democrática. Quanto menor for o prazo para o início efetivo das preliminares para as eleições do próximo ano, maior será o espaço de tranquilidade usufruído pela Nação.

Nesse sentido, o caminho desejável é manter a legislação eleitoral em vigor, com os ajustamentos necessários à realidade imediata, assim, por exemplo, a extinção do senador indireto e a regulamentação do acesso aos meios de comunicação. Qualquer imaginação criadora despertada para introduzir grandes modificações no sistema eleitoral para 1982, malferir a sadia intenção de fazer valer o compromisso do Presidente João Figueiredo, de fazer deste país uma democracia.

Não fosse óbvio que o caminho mais simples é o melhor para o patamar que vivemos, anote-se que o novo começo na vida política brasileira dar-se-á efetivamente com os representantes a serem eleitos. A

estes é que deve caber a responsabilidade de introduzir na ordem jurídica as mudanças substanciais. Mesmo porque eles virão com um mandato fortalecido pelas idéias expostas relativamente ao futuro institucional e democrático que desejam para o Brasil.

Ninguém desconhece que o nível de tensão que vem dominando o cenário político é muito alto. O ritmo das indefinições acelera e intensifica a presença dos radicais. E nada é mais inoportuno do que a exacerbação de cobranças em momentos como o presente, caracterizado por uma transição extremamente difícil na estrada da abertura deflagrada pelo Presidente Ernesto Geisel. O sinal translúcido da abertura é a realização das eleições. Antes, o que se tem é prefácio.

Os partidos políticos já estão nascendo com esse desafio pela frente. E para vingarem devem primeiro compreender que sem eleições não poderão existir constitucionalmente. Nesse palco, falar em fusão é um desvio totalmente desnecessária. O caminho partidário agora é o de consolidar a legenda por intermédio de programas claros oferecidos à opção do eleitorado. O tempo político é muito importante para mostrar que no jogo parlamentar da próxima legislatura é que serão definidos concretamente os ajustes para o exercício do poder. Isto parece tão mais verdadeiro se considerarmos que em 1984 teremos eleições para Presidente, possivelmente com uma participação bem maior das lideranças que estiveram ausentes até agora nesta escala eleitoral.

É lição da história política mais recente a dificuldade de manter íntegra por longo tempo a normalidade constitucional. De 1950 para cá, vivemos momentos extremamente delicados. O retorno de Vargas, o atentado da Rua Tonelero e o suicídio do Presidente, o impedimento de Café Filho, a deposição de Carlos Luz, a luta pela posse de Juscelino Kubstchek, as rebeliões de Aragarças e Jacareacanga, a esperança da eleição e o impacto da renúncia de Jânio Quadros, a traumática posse de João Goulart e seu afastamento pela emergência do

movimento de 1964, são todos fatos extremos que mostram o constante risco de desestabilização da nossa democracia.

Essas lições da história recente indicam que não devemos arriscar acrobacias ideológicas desvinculadas do mundo real. Governo e oposições precisam acertar o passo para suportar a turbulência institucional. Isto significa que ambos necessitam isolar os já famosos bolsões radicais. E, sobretudo, precisam compreender que não é hora boa para mexer fundo nas instituições vigentes. Essa tarefa, importantíssima, deve caber, como já dito, aos futuros eleitos. A começar pela reforma eleitoral.

O esforço agora é preservar a qualquer preço o calendário democrático a fim de que o próprio povo, com ampla liberdade, diga para onde, e como, deseja ir.